



O ENSINO DA GUERRA DO PARAGUAI NOS LIVROS ESCOLARES BRASILEIROS

| 32

*Teaching the Paraguayan War in
Brazilian School Books*

Pedro Gustavo Aubert*

Recebido em: 15/09/2024

Aprovado em: 26/11/2024

Resumo: O ensino sobre a Guerra do Paraguai figura nos programas escolares brasileiros desde o século XIX, transmitindo a visão de autores contemporâneos aos fatos. No âmbito acadêmico tais leituras passaram a sofrer contestação a partir da década de 1960, com o chamado “revisionismo”. O revisionismo esteve presente em materiais didáticos brasileiros ao longo das décadas de 1980 e 1990. Nos anos 2000, com novas abordagens que contestavam o revisionismo, as novas leituras historiográficas chegaram aos livros escolares de Ensino Fundamental e Médio. Em 2017 houve uma grande reforma estrutural do Ensino Médio que pulverizou diversos conteúdos de ciências humanas em itinerários formativos interdisciplinares. Contudo, a reforma empreendida, alvo de muitas críticas, não modificou a abordagem historiográfica do tema. Materiais tanto no nível Fundamental quanto no Médio, das redes pública e privada apresentam ao estudante brasileiro diversas visões sobre a Guerra do Paraguai com o objetivo de estimular o pensamento crítico.

Palavras-Chave: Ensino; Guerra; Revisionismo.

Abstract: Teaching about the Paraguayan War has been a part of Brazilian school education since the 19th century, conveying the views of contemporary authors on the facts. In the academic sphere, such readings began to be challenged in the 1960s, with the so-called “revisionism”. Revisionism was present in Brazilian teaching materials throughout the 1980s and 1990s. In the 2000s, with new approaches that challenged revisionism, new historiographical readings reached elementary and high school textbooks. In 2017, there was a major structural reform of high school education that pulverized various human sciences content into interdisciplinary training itineraries. However, the reform

* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Email: pedroaubert@yahoo.com.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2337-035X>



undertaken, which was the target of much criticism, did not change the historiographical approach to the subject. Materials for both elementary and high school education, from both public and private schools, present Brazilian students with different views on the Paraguayan War with the aim of stimulating critical thinking.

| 33

Keywords: Education; War; Revisionism.

Introdução

A região do Rio da Prata foi, durante o século XIX disputada pelos países que se tornaram independentes, entre eles o Brasil e o Uruguai, o Paraguai e da Argentina. A disputa pelo controle da região era antiga e já havia sido travada entre as metrópoles Ibéricas: Portugal e Espanha. Contudo, quando a região foi disputada pelos novos países que haviam se formado na área platina, o conflito resultou em uma guerra que durou seis anos, de 1864 a 1870: a Guerra do Paraguai, como ficou conhecida no Brasil (Vainfas, Ferreira; Faria; Caladinho, 2018, p. 175)

Para a Inglaterra, a independência econômica paraguaia representava um prejuízo, pois com o aumento de sua produção industrial necessitava de mais mercados consumidores. O Brasil e a Argentina, por sua vez, tinham interesse em algumas áreas de terra do Paraguai. Faltava, portanto, apenas um pretexto para que a guerra fosse iniciada". (Piletti, 1999, p. 161)

Escritos em épocas diferentes, o material didático *História do Brasil* (1999), de Nelson Piletti foi concebido para o Ensino Médio e o de Ronaldo Vainfas, Jorge Ferreira, Sheila de Castro Faria e Daniela Bueno Caladinho, *História.doc, V.8* (2018), voltado para o Ensino Fundamental II. Essas obras expressam visões historiográficas distintas sobre a Guerra do Paraguai. Enquanto a obra mais recente se vale da explicação do contexto platino em meio à formação dos Estados Nacionais da região, a obra de Piletti coaduna com a leitura muito em voga em sua época de que o Brasil atuara como um títere do imperialismo britânico no Paraguai.



Ao longo do tempo, desde os manuais para uso no Colégio Pedro II escritos por Joaquim Manoel de Macedo, vemos leituras historiográficas cunhadas em contexto não-escolar (polêmicas acadêmicas e versões oficiais) impactando a redação de tais materiais. A presença do Brasil monárquico nos Ensinos Fundamental II e Médio é ampla e multifacetada. Mais recentemente, promulgação da Lei nº 13.415/2017 alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional impactou na organização curricular, principalmente no tocante ao Ensino Médio, sendo conteúdos de História, Sociologia, Geografia e Filosofia pulverizados dentro da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. As mudanças legais de 2017 produziram imensa polêmica, em meio à um contexto de mudança de orientação política do Governo Federal. Cabe destacar que em 2023, o Ministério da Educação abriu consulta pública para a Política Nacional do Ensino Médio. A Universidade de São Paulo (USP) organizou diversos seminários e enviou para a referida consulta em julho de 2023 documento denominado *Contribuições da USP para Uma Política Nacional do Ensino Médio* em que propõe algumas alterações e aperfeiçoamentos na BNCC para que o novo Ensino Médio possa ser na prática acessível por diversas classes sociais.

Para fins do presente artigo, apresentaremos brevemente a polêmica historiográfica que ensejou diferentes redações de materiais didáticos no Brasil. Depois disso, discutiremos como alguns livros didáticos trataram o tema antes das mudanças legais. Aqui destacamos os manuais de Joaquim Manoel de Macedo (1880), a *Pequena História do Brasil por Perguntas e Respostas* (1919), os paradidáticos *da Coleção Tudo é História* da Editora da Editora Brasiliense escritos por Júlio José Chiavenato (1990) e Francisco Doratioto (1991), *História do Brasil* de Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo (1996), *História Integrada* de José Jobson Arruda (1996), *História do Brasil* de Leonel Itaussu Mello e Luiz César Amad Costa (1996), *História do Brasil* de Nelson Piletti (1999), *História Global: Brasil e Geral* de Gilberto Cotrim (1999 e 2005), *Vontade de Saber História* de Marcos Pelegrino, Adriana Dias e Keila Grinberg (2015).



Em seguida, discutiremos as alterações provocadas pelo referido diploma legal de 2017 e nos debruçaremos sobre materiais de Ensino Fundamental II e Ensino Médio redigidos já de acordo com a legislação em vigor. Nesse ponto focaremos nas obras *História.Doc* de Ronaldo Vainfas, Jorge Ferreira, Sheila Castro Faria e Daniel Bueno Colainho (2018) e o *Caderno do Professor* da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (2022).

As obras mencionadas neste artigo foram produzidas no Brasil, assim, a análise aqui empreendida se delimita ao ensino escolar da Guerra do Paraguai no Brasil. Um caminho para futuras pesquisas sobre o ensino da Guerra da Tríplice Aliança pode consistir justamente na comparação com os materiais didáticos e programas oficiais de ensino produzidos no âmbito dos demais países envolvidos no conflito.

Breve exposição da polêmica historiográfica

Os primeiros estudos históricos sobre a atuação do Império no Rio da Prata e a Guerra do Paraguai foram produzidos por membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Joaquim Manoel de Macedo, sócio da referida instituição e professor do Colégio Pedro II escreveu manuais didáticos para a referida instituição louvando os feitos militares brasileiros.

Podemos destacar sobre a dinâmica platina no século XX os artigos de José Antonio Soares de Souza (bisneto do visconde do Uruguai) na *História Geral da Civilização Brasileira*. Aqui também vale mencionar a *Formação Histórica do Brasil* de Pandiá Calógeras na qual o autor se dedica a refutar a acusação de imperialismo brasileiro sobre a Banda Oriental.

No tocante à Guerra do Paraguai, as primeiras interpretações historiográficas remontam aos contemporâneos no próprio século XIX. Em 1871, Alfredo Eschagnole de Taunay publica *A Retirada de Laguna*. Engenheiro militar, escreveu a obra a fim de narrar os combates dos quais participara contra os paraguaios. Durante o século XX, a tendência encomiástica de louvar os feitos militares brasileiros na guerra permaneceu, com diversas obras escritas por



militares. Em 1972, em meio às comemorações do sesquicentenário da independência, o Estado Maior do Exército publicou *História do Exército Brasileiro*. Essas obras tem em comum o fato de creditarem a guerra ao então presidente paraguaio, Francisco Solano López.

Segundo demonstra Leonardo da Costa Ferreira, no Brasil as primeiras críticas à guerra partiram dos positivistas ortodoxos. Aqui, destaca-se a obra de Raimundo Teixeira Mendes (Costa Ferreira, 2021, p. 38). Em linha oposta aos discursos oficiais, *A Guerra do Paraguai* (1920) não culpava unicamente López pela guerra. Não era um inocente, contudo, dividia a responsabilidade com outros como Bartolomé Mitre (presidente argentino), Venâncio Flores (presidente uruaio) e Pedro II (Imperador do Brasil).

Na Argentina, as críticas à guerra iniciaram-se ainda no século XIX com a oposição a Mitre na imprensa. Em 1946 houve a publicação de *El Imperio del Brasil Ante la Democracia de America* de Juan Bautista Alberdi na qual criticava a guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

Entre as décadas de 1960 e 1980 desenvolveu-se no Brasil e na Argentina uma corrente historiográfica denominada revisionismo cujos maiores expoentes são León Pomer, *Paraguai: nossa guerra contra esse soldado* (1968) e Júlio José Chiavenatto, *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai* (1979). Ambos creditam a guerra ao imperialismo britânico, interessado em eliminar o “mal exemplo” de desenvolvimento econômico independente que o Paraguai representava. Essa corrente também resgata López como líder de uma nação soberana que lutava contra a opressão imperialista. Essa visão predominou durante certo tempo nos meios acadêmicos, inclusive sendo passada em diversos livros didáticos escolares na década de 1990. Cabe ressaltar que o revisionismo surge em meio a um contexto de contestação aos governos ditatoriais sob influência norte-americana na América Latina. Assim, tal corrente historiográfica na esteira de seu tempo foca a análise na crítica ao imperialismo e na crítica às Forças Armadas dos Estados da Tríplice Aliança. Por outro lado, no Paraguai houve a transformação da figura de Solano López em mito da luta anti-



imperialista. A ditadura de Alfredo Stroessner durante três décadas erigiu nos discursos oficiais uma imagem heroica do ex-governante¹.

| 37

Ao revisionismo, capitaneado pelas obras de Pomer e Chiavenatto se contrapõe a perspectiva de Francisco Doratioto que em sua obra, *Maldita Guerra*, publicada em 2002 coloca-se em perspectiva diversa da interpretação revisionista, considerando um grande simplismo reduzir a guerra à vontade britânica². Em sua visão, o Paraguai não era tão independente quanto a historiografia revisionista afirma, afinal, buscava uma saída para o mar e os presidentes Carlos e Solano López buscaram romper com o isolamento de Gaspar Francia. Doratioto afirma que tanto os trabalhos de viés encomiástico quanto os revisionistas em muito subestimam o papel da Argentina na guerra. Em sua visão há inclusive um grande exagero acerca dos números e da capacidade militar paraguaia no início da guerra. Sobre isso, vale mencionar que Pedro Gustavo Aubert e Jéssica Gonzaga destacam que em 1855 quando o Império mandou uma frota naval armada para Assunção, o então presidente Carlos López mandou evacuar a capital apelando à justiça divina contra o ato de força do Brasil (Aubert; Gonzaga da Silva, 2018, p. 49-67).

Doratioto considera que a guerra se deu no bojo do processo de formação dos Estados Nacionais da Bacia Platina. “A Guerra do Paraguai foi, na verdade, resultado do processo de construção dos Estados Nacionais no Rio da Prata e, ao mesmo tempo, marco de suas consolidações” (Doratioto, 2002, p. 23).

A publicação da obra de Doratioto ensejou críticas de Mário Maestri que no ano seguinte publicou na revista *La Insignia* uma resenha do livro *Maldita Guerra* chamada *Da Instauração à Restauração Historiográfica: Guerra*

¹ A construção da imagem heróica de Solano López no Paraguai remonta à década de 1925 com a publicação da obra *El Mariscal Solano López* de Juan Emiliano O’Leary. O autor faz elogios à população paraguaia e aos governos Francia, Carlos e Solano López pela resistência que levaram a cabo contra a elite mercantil de Buenos Aires que até 1852 não reconhecia a independência da referida República. O’LEARY. *El Mariscal Solano López*. Madrid: Imprenta de Félix Molinos, 1925.

² Em 1985, Luiz Antônio Moniz Bandeira defendeu no Departamento de Ciência Política da USP a Tese de Doutorado *O Expansionismo Brasileiro e a Formação dos Estados da Bacia do Prata*, na qual refuta a ideia revisionista de que a guerra teria sido fruto do imperialismo britânico e refuta a imagem do López como herói anti-imperialista.



Contra o Paraguai. Maestri elogia as obras de Pomer e Chiavenato por terem se proposto analisar os acontecimentos a partir da ótica das populações envolvidas. Essa leitura, segundo o referido autor, passou a ser alvo de críticas após a queda do Muro de Berlim por uma restauração das interpretações encomiásticas. Em suas palavras: “empreenderam a restauração das grandes propostas interpretativas nacional-patrióticas imperiais e republicanas” (Maestri, 2003, p. 2). Maestri considera a obra de Doratioto como um exemplo paradigmático dessa restauração historiográfica, além de afirmar que a mesma não discute a formação socioeconômica da população guarani. Em sua visão, Doratioto empreende uma análise política, diplomática e militar sem contextualizar as sociedades em questão. Segundo Maestri, Doratioto não compreendeu como López rearticulou a resistência após perder a capital e o controle do aparato estatal, reduzindo a adesão da população a “fanatismo”³. Em suas palavras: “A narrativa termina sugerindo ter constituído o conflito um choque entre o Brasil, nação monárquica, constitucional e liberal, e o Paraguai, Estado autocrático e atrasado, uma outra grande tese apologética brasileira, antes e após a guerra” (Maestri, 2003, p. 4).

Maestri considera que os países da Tríplice Aliança se constituíam como Estados Nacionais inconclusos, ao contrário do Paraguai. Em 2016 publicou *Paraguay: La Republica Campesina* focando em sua formação social aos moldes braudelianos. O referido autor não coaduna com a tese revista original, refutando a ideia de um Paraguai industrializado. Contudo, considera que era um Estado Nacional rústico, porém moderno em contraste com o caráter escravista e pré-nacional do Império. No mesmo ano publicou *Mar Del Plata: Dominação e Autonomia no Sul da América: Brasil, Argentina, Uruguai (1810-1864)*, dedicando-se à formação social destes países. Maestri retoma a crítica revisionista aos Estados da Tríplice Aliança. “Quando as armas silenciaram, o confronto foi transferido para o mundo das representações, com destaque para a historiografia” (Maestri, 2021, p. 62).

³ Em *Maldita Guerra*, Doratioto afirma que “quase não havia deserções nas fileiras paraguaias, devido ao clima de terror imposto por Solano López” (Doratioto, 2002, p. 289).



Em 2021, os professores Leonardo da Costa Ferreira, Marcelo Loureiro e José Miguel Arias Neto, membros do GT de História Militar da ANPUH-BR organizaram a obra coletiva *O Legado de Marte: Olhares Múltiplos Sobre a Guerra do Paraguai*. Esta obra traz diversas contribuições seja a respeito do debate historiográfico, das políticas de defesa e da diplomacia nos anos anteriores ao conflito. Essa obra conta com Introdução escrita por Francisco Doratioto na qual comenta algumas das críticas à sua obra e também reconhece o mérito do revisionismo. Em sua visão fora muito corajoso escrever *Genocídio Americano* ainda no início da abertura política com críticas a Caxias, patrono do exército. Sobre a glorificação de López por parte da historiografia paraguaia, considera que o revisionismo o transformara em líder anti-imperialista. “Ditadores e concepções autoritárias no presente amam ditadores e práticas autoritárias do passado” (Doratioto, 2021, p. 29). Se referindo à obra de Maestri, classifica o entendimento ali exposto como “neorevisionismo negacionista” em comparação com o revisionismo de Pomer e Chiavenato que denomina “revisionista imperialista”. Em sua visão, o neorevisionismo negacionista é mais sofisticado pois não incorre nos mesmos equívocos metodológicos do revisionismo imperialista.

[...] mas mantém-se fiel à essência do revisionismo original ao construir uma narrativa de agressão ao Paraguai e a Francisco Solano López, agora resultado de uma articulação das elites dos países da Tríplice Aliança, os quais, por sua vez, oprimiam seus próprios povos. Essa opressão foi real, mas não permite transmutar López de ditador, que também executou opressão sobejamente documentada contra seus soldados e a sociedade paraguaia para o líder da resistência a tais elites (Doratioto, 2021, p. 29).

Sobre as pesquisas atuais, destacamos contribuição de Gabriel Passetti, que aborda um assunto ainda pouco explorado: a política regional após a guerra. A Guerra do Paraguai ainda é um terreno aberto ao desenvolvimento de novas pesquisas. Os entreguerras e o pós-guerra aqui mencionados, embora já contem com contribuições historiográficas ainda são períodos pouco investigados. Uma



tendência de pesquisas atuais consiste no estudo da realidade das regiões fronteiriças, cuja realidade política e social não seguia a lógica dos Estados Nacionais em formação. Aqui destacam-se os trabalhos de César Augusto Guazzelli, Daniel Coronato, Carla Menegat, Jonas Moreira Vargas, dentre outros, não há uma pretensão aqui de exaurir esse debate. Expusemos algumas questões estruturantes da historiografia sobre a guerra para tratar de sua abordagem pelos manuais didáticos.

Por fim, vale destacar que o debate de interpretações acerca da Guerra da Tríplice Aliança enseja politizações no tempo presente. Assim como na década de 1970 a crítica aos governos militares e ao imperialismo guiou as interpretações revisionistas, a ascensão na última década de governos de viés conservador na América do Sul que glorificavam o passado ditatorial ensejou, como contraponto, a criação de uma Subcomissão da Verdade e Justiça sobre a Guerra da Tríplice Aliança, subordinada à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul (Parlasul)⁴. O fato de as interpretações historiográficas, formuladas em âmbito acadêmico serem levadas para a arena política mostra a atualidade do debate sobre a Guerra da Tríplice Aliança. Sua politização tende a impactar tanto os discursos oficiais quanto a produção de materiais didáticos e programas escolares nos diversos países envolvidos no conflito. O foco aqui,

⁴ A referida Subcomissão foi instituída em abril de 2022 e realizou uma série de audiências públicas entre junho e setembro do referido ano. O resultado dessas audiências foi sistematizado pelo presidente da referida comissão, o Deputado paraguaio Ricardo Canese. Contudo, conforme advertido pelo próprio autor do Relatório, trata-se da visão do presidente. O Relatório, elogioso a Maestri, afirma ter convidado Doratioto para as audiências, mas não ter recebido respostas. Ainda não passou por discussão na comissão e não foi a plenário. Portanto, não se pode afirmar que o Relatório consiste na visão institucional do Parlasul. Em linhas gerais, responsabiliza os Estados da Tríplice Aliança por mais de vinte crimes de guerra e lesa-humanidade contra o Paraguai. Não responsabiliza López pelos justicamentos de San Fernando, mas responsabiliza setores da elite paraguaia que após a tomada de Assunção formara um governo títere do Império do Brasil e cúmplice dos crimes de guerra. Além dos Estados da Tríplice Aliança, o relatório também responsabiliza indiretamente a Grã-Bretanha que prestara auxílio financeiro ao Império do Brasil, Argentina e Uruguai e mesmo se declarando neutra recusou auxílios ao Paraguai quando solicitado. O referido relatório também pede a devolução do canhão Cristiano (feito a partir do derretimento de sinos de igrejas paraguaias) e do “archico secreto” levado pelas tropas brasileiras como parte do Arquivo Nacional Paraguai. Canese afirma: “no soy neutral entre victimas y victimarios, sino que estar é sempre a favor de los derechos humanos”. O Relatório pode ser consultado em: https://sapl.parlamentomercosur.org/media/sapl/public/materiale legislativa/2022/487/protocolo_292_2022.pdf



contudo, é a produção dos livros escolares brasileiros entre as décadas de 1990 e 2020 sobre os quais nos debruçaremos nos itens a seguir.

| 41 **A Guerra do Paraguai nos materiais didáticos antes das mudanças legais**

Ainda no Império, foi aprovada a Lei de 15 de outubro de 1827 mandando criar escolas de primeiras letras em todas as vilas e lugares populosos. Contudo, a plena universalização do ensino público e gratuito ainda é uma das políticas previstas na Constituição de 1988 a serem consolidadas. Sem grande efeito de início, a grande referência de ensino público para a formação da juventude no Império do Brasil era o Colégio Pedro II. Foi no âmbito do exercício docente na referida instituição que Joaquim Manuel de Macedo elaborou suas *Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária*. Conforme indica Priscilla Rampim Andrade (Andrade, 2011, p. 68-94), os manuais de Macedo se destinavam ao ensino primário e secundário e seguiam as diretrizes estabelecidas por Martius no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sobre como se deve escrever a história do Brasil. Segundo Andrade, Macedo buscou uma origem da nacionalidade brasileira na qual o ponto de chegada já estava pré-determinado.

No tocante aos materiais didáticos, assim como nos debates historiográficos mais amplos, as visões sobre o conflito armado com o Paraguai expressavam a leitura que os contemporâneos faziam de tais acontecimentos. Macedo se ateuve ao discurso formulado pela diplomacia imperial. Gilberto Luiz Alves e Carla Villamaina Centeno destacam aspectos importantes do tratamento dado por Macedo à guerra. Na Lição XLIII são desenvolvidos os antecedentes da guerra e os conflitos entre o Império e a República Oriental do Uruguai. Segundo a referida lição, não foi aceita a proposta de mediação feita por Solano López, o que ensejou uma série de farpas diplomáticas, a obra é eivada de grandes adjetivações e descrições cronológicas, também é destacado o papel heroico do Exército Imperial no momento em que os aliados consideravam findar o conflito. Macedo compara a superioridade das tropas imperiais em relação aos aliados.



López é responsabilizado pela guerra e por destruir o Paraguai ao não aceitar a derrota após a passagem de Humaitá (Alves; Centeno, 2009; pp. 55-58).

| 42

Alves e Centeno também destacam o manual de Joaquim Maria de Lacerda, *Pequena História do Brasil por Perguntas e Respostas*. Com uma proposta simplificada que não seguia os grandes detalhamentos da obra de Macedo, destinava-se para o “uso da infância brasileira”, sendo sua primeira edição de 1880, dez anos após o término da guerra. Essa obra teve inúmeras reedições, que adentraram as primeiras décadas da República. Em 1919 teve uma edição revista e aumentada por Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro e em 1942, segundo os referidos autores, em 1942 foi lançada uma “novíssima edição”. Embora o método expositivo se difira daquele de Macedo, a narrativa da guerra segue a mesa que fora cunhada pelos contemporâneos, responsabilizando o Paraguai pela guerra (Alves; Centeno, 2009, p. 64-65).

Esta leitura sobre a guerra e suas causas permaneceu incólume nos manuais didáticos até que o revisionismo começou a ganhar corpo no debate acadêmico ao longo das décadas de 1960 a 1980. O debate entre diferentes interpretações historiográficas sobre a guerra ultrapassou os muros das universidades. Entre as décadas de 1980 e 1990, a Editora Brasiliense lançou a coleção *Tudo é História*, composta por livros paradidáticos de diversos assuntos, seu público leitor em geral eram estudantes de Primeiro e Segundo Graus que, em geral, tomavam contato com tais obras por indicação dos professores a fim de realizarem trabalhos escolares. Em 1990 foi lançado *A Guerra Contra o Paraguai* de Júlio José Chiavenato, e sua capa, constam bandeiras britânicas junto às brasileiras, uruguaia e argentina. Logo na introdução, a causa do conflito é atribuída à Grã-Bretanha que instrumentalizara a crueldade das tropas brasileiras:

Uma abordagem crítica desse conflito revela crimes de guerra cometidos por Caxias, pelo Conde D´Eu; põe a nu a matança de meninos de nove a quinze anos; destaca a covardia e a corrupção de muitos generais; enfim, dá-nos o perfil inteiro do massacre de um povo, e mais do que isso, mostram o Império do Brasil a



serviço da Inglaterra, esmagando um país livre para não desequilibrar o sistema de dominação que o imperialismo inglês mantinha na América do Sul (Chiavenato, 1990, p. 8).

| 43

Vale mencionar que a publicação de tal obra para um público escolar se dava em um contexto de redemocratização no qual críticas explícitas à atuação das Forças Armadas brasileiras nesse tipo de obra eram uma novidade, mesmo que o debate revisionista no âmbito universitário viesse de mais tempo. Não é por menos que ao longo da década de 1990 essa interpretação sobre o conflito, conforme se verá logo mais, esteve presente em diversos materiais didáticos de Primeiro e Segundo Grau.

No ano seguinte à publicação do paradidático de Chiavenato, a Brasiliense lançou na mesma coleção *A Guerra do Paraguai* de Francisco Doratiotto. A capa conta com as bandeiras dos países da Tríplice Aliança, a do Paraguai e um mapa da região platina, além disso, consta na capa impressão em forma de carimbo com os dizeres: “segunda visão”. Na introdução, o autor afirma explicitamente que sua obra:

(...) discorda da teoria imperialista, hoje predominante. O presente livro vê a guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai como resultado do processo de formação e definição do caráter dos Estados Nacionais, em que setores da classe dominante seriam hegemônicos na organização estatal e, portanto, mais beneficiados por ela, na região do Rio da Prata (Doratiotto, 1991, p. 14).

No tocante à produção de materiais didáticos voltados ao público escolar, em 1996 é aprovada Lei nº 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). No ano seguinte, o Ministério da Educação publicou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que passaram a orientar a redação de materiais. Ao final da década de 1990, passa a haver uma tendência que permaneceu de publicação de obras didáticas de “História Integrada”, ou seja, sem estabelecer uma separação entre História Geral e História do Brasil. Destaca-se aqui a *História Integrada* de José Jobson Arruda. Na apresentação, direcionando-se ao aluno, Arruda afirma que “na coleção História Integrada,



apresentamos a História Geral e a História do Brasil simultaneamente. Nosso objetivo é fazer com que você perceba que na História muitas coisas estão acontecendo ao mesmo tempo” (Arruda, 1996, p. 3).

| 44

Podemos mencionar aqui a nona edição *História do Brasil* de Leonel Itaussu de Almeida Mello e Luís César Amad Costa em volume único publicada em 1996. Essa obra se dedicava ao uso de estudantes secundaristas e pretendia ser um único livro a acompanhar os estudantes durante as aulas de História do Brasil durante os três anos de Ensino Médio. Sobre o conflito com o Paraguai, destacam o desenvolvimento independente que a referida República possuía e o quanto o nacionalismo paraguaio desagradava a Grã-Bretanha.

A Inglaterra preocupava-se com o desenvolvimento nacionalista do Paraguai, que poderia servir de exemplo aos outros países sul-americanos. O embaixador inglês em Buenos Aires, Edward Thornton, elaborou com o presidente da Argentina, Bartolomeu Mitre, o plano que culminaria com o acordo argentino-brasileiro, selando a sorte do Paraguai (Costa; Mello, 1996, p. 167).

Dentre as obras de história integrada publicadas nesse período destaca-se a *História Global: Brasil e Geral* de Gilberto Cotrim. Em artigo denominado “*A Guerra do Paraguai na Literatura Escolar*”, André Mendes Salles discute as mudanças de interpretação sobre o conflito em duas edições da obra de Cotrim em 1999 e 2005 (Salles, 2012, p. 66). Na primeira edição de 1999, apesar de não explicitar as obras em que se baseia, Salles demonstra haver uma clara influência de Chiavenato na obra de Cotrim, inclusive havendo reprodução de estatísticas trazidas no paradidático de 1990 já mencionado. As intervenções e conflitos em que o Império se envolveu na região platina aparecem como intervencionismo brasileiro. Contudo, a Guerra do Paraguai é apresentada como fruto do imperialismo britânico. Carlos López e Francisco Solano López são apresentados como continuadores da obra de Gaspar Francia de manter a independência e a soberania do Paraguai: “(...) o desenvolvimento do Paraguai desagradava a Inglaterra, que tinha interesse em manter os países latino-americanos como fornecedores de matérias primas e consumidores de seus produtos industrializados” (Cotrim, 1999, p. 334 Apud Salles, 2012, p. 71).



Ademais, a edição de 1999 ainda traz um retrato heroico de Solano López: “morro com minha pátria, foram as últimas palavras de Solano López ao ser derrotado na batalha de Cerro Corá em 1870. E nessa frase não havia exagero” (Cotrim, 1999, p.335). Outros livros contemporâneos à primeira edição de Cotrim como o de Nelson Piletti citado na epígrafe e o de Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo *História do Brasil* (1997) seguem a mesma tendência de responsabilizar o imperialismo britânico. Vicentino e Dorigo também exaltam o desenvolvimento autônomo do Paraguai.

Além disso, a expansão econômica paraguaia prejudicava os interesses ingleses na região. Não apenas o mercado consumidor paraguaio estava diminuindo, como resultado da expansão das manufaturas locais, como existia o temor de que o país eventualmente se transformasse em exportador de manufaturados ou, ainda, servisse de exemplo para que outros países da região seguissem o caminho de um desenvolvimento autônomo e independente da Inglaterra. Desta forma, a Inglaterra estava pronta para estimular e financiar uma guerra contra o Paraguai. (Dorigo. e Vicentino., 1997, p. 248)

Na edição de 2005 (a segunda edição) da referida obra de Cotrim, o autor faz uma ressalva em sua apresentação: “no percurso que traçamos para você nesta obra, há uma seleção de temas e interpretações do processo histórico” (Cotrim, 2005, p.3). As interpretações da obra anterior, segundo Salles, eram apresentadas como verdades. Aqui já é feita uma ressalva de que outras interpretações são possíveis. A exposição feita sobre as campanhas militares contra Oribe e Rosas e contra Aguirre permanecem iguais. Todavia, muda consideravelmente sua exposição sobre a guerra. Aqui, Carlos López e Solano López são apresentados como presidentes preocupados em romper com o isolamento internacional do Paraguai e inseri-lo no mercado externo (Salles, 2012, p. 74). O descontentamento inglês com o desenvolvimento paraguaio aparece como uma interpretação possível, “segundo alguns historiadores”, e não mais como um fato dado. Cotrim, nessa edição, ressalta os aspectos políticos e econômicos e insere o interesse inglês no contexto de uma dinâmica política sul-



americana. “(...) o governo inglês, de certo modo, favoreceu a luta promovida pelas forças do Brasil, da Argentina e do Uruguai (A Tríplice Aliança)” (Cotrim, 2005, p. 396). Nessa edição, é apresentado box com alguns parágrafos de Bóris Fausto apresentando diferentes perspectivas historiográficas. Ou seja, além de estimular o aluno a desenvolver um pensamento historiográfico, também rompe com a perspectiva de apresentar uma verdade factual, estimulando assim o desenvolvimento do pensamento crítico.

Há que se considerar que as obras de Vicentino e Dorigo e a primeira edição de Cotrim foram publicadas no fim da década de 1990. Conforme apontado por Salles, a edição de 2005 muda consideravelmente a forma de abordar o conflito. Entre a primeira e a segunda edição há um fato relevante: a publicação de *Maldita Guerra* de Francisco Doratioto. Destinada ao público acadêmico e não a estudantes de Ensino Fundamental e Ensino Médio⁵ como seu paradidático, essa obra teve imenso impacto nas pesquisas produzidas sobre o conflito armado. O impacto acadêmico dessa publicação se fez sentir nos materiais didáticos produzidos na década de 2000. Aqui, a crítica ao revisionismo passa a ganhar corpo nos programas de Ensino Médio e Fundamental na esteira de uma tendência crescente de privilegiar abordagens críticas e não somente declinar narrativas como estatuto de verdade.

Essa tendência de privilegiar a construção de uma leitura crítica seguiu em manuais didáticos das décadas seguintes. Em artigo publicado na revista *História Hoje*, em 2020, André Mendes Salles e José Batista Neto se dedicam à discussão do livro *Vontade de Saber História* de Marcos Pellegrino, Adriana Dias e Keila Grinberg, publicado em 2015 e voltado para o Ensino Fundamental. Aqui, dentre

⁵ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) teve sua primeira versão aprovada em 1961 pelo então presidente João Goulart (à época sob regime parlamentarista). Em 1971 o governo militar editou uma nova versão do referido diploma legal. Nessa reforma dividiu o ensino em dois grandes ciclos: o Primeiro Grau (até a oitava série) e o Segundo Grau (primeiro, segundo e terceiro ano), que substituíram o antigo ginásio e colegial. Com a promulgação da Constituição de 1988 houve a necessidade de nova reforma da Lei que ocorreu em 1996. Com a nova reforma, os ciclos escolares ganharam a atual denominação: Ensino Fundamental (anos iniciais: primeiro ao quinto ano; anos finais: sexto ao nono ano) e Ensino Médio (primeiro ao terceiro ano). A referida Lei pode ser consultada em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm



outras coisas, se mantém a tendência a uma História Integrada (ou seja, o mesmo livro tratando de temas de História Geral e de História do Brasil). No tocante à Guerra do Paraguai, a referida obra didática destaca o caráter pluricausal, destacando as questões que envolviam os Estados limítrofes. Não é feita qualquer menção ao imperialismo inglês. Alinhado às interpretações de Francisco Doratiotto se atém muito mais às explicações de cunho coletivo e social do que aos grandes feitos de grandes homens. Os autores usam excertos da obra de José Murilo de Carvalho, *Cidadania no Brasil* para relacionar o conflito ao fortalecimento da identidade nacional brasileira.

Mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

As discussões sobre a reforma do Ensino Médio iniciaram-se ainda em 2014 em meio à conjuntura nacional de altíssima polarização política de então. Nos dois anos que se seguiram, no segundo mandato de Dilma Rousseff sucederam-se três ministros à frente do Ministério da Educação: Cid Gomes, Renato Janine Ribeiro e Aloísio Mercadante. Conforme apontado por André Luan Nunes Macedo (Macedo, 2022, pp. 151-170), o currículo naquela ocasião foi objeto de intensas disputas políticas. Em artigo publicado na *Revista História Hoje*, o referido autor se propõe a analisar o novo Ensino Médio a partir de seu contexto de formulação no qual houve embates entre representantes do setor privado da educação em busca de “modernizar” o currículo, e membros do meio acadêmico e de sindicatos de docentes. A primeira proposta para o currículo de história centrava-se no Brasil em detrimento da chamada História Geral, chegando a receber críticas do então ministro Renato Janine Ribeiro (Macedo, 2022, p. 156). Tais críticas entre outros motivos se devia à perda de uma orientação temporal em História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea. Por outro lado, a ênfase em história africana e ameríndia, segundo os críticos dessa primeira versão fragmentavam a ideia de história como ciência global, dando pouco espaço à história europeia por mais legítima que seja a crítica ao eurocentrismo, a disciplina tornar-se-ia um emaranhado de “histórias” em



detrimento de uma visão global (Macedo, 2022, pp. 157-162). Vemos aqui uma tendência diferente do que fora nos anos 1990 a proliferação de obras de História integrada.

| 48

Em 2016 após o impeachment de Dilma Roussef e o início do governo de Michel Temer houveram mudanças na orientação do currículo que se formulava. Aqui, voltou-se a uma história eurocêntrica. Conforme aponta Macedo, na nova proposta a história da África e da Ásia ficaram reduzidas como anexos, como se fossem curiosidades e não partes integrantes de uma história global. Deste modo, o documento que foi elaborado e depois transformado em diploma legal, seguiu uma orientação historiográfica conservadora.

No mesmo ano, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi alterada pela Medida Provisória nº 746/2016. No ano seguinte foi transformada pelo Congresso Nacional na Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017. O referido diploma legal alterou consideravelmente a organização da educação. No que tange ao ensino de História, o chamado “Novo Ensino Médio” (objeto de grande polêmica envolvendo historiadores, pedagogos, sociedade civil e governos até os dias atuais) o pulverizou em itinerários formativos (Art.4). Os referidos itinerários “deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino”. A seguir, nos incisos do referido artigo, são estabelecidos 5 diferentes itinerários: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; formação técnica e profissional.

Após a promulgação das mudanças na legislação, o governo Michel Temer apresentou a Base Nacional Curricular Comum (BNCC). No que tange ao Ensino de História, a BNCC estabeleceu para os anos finais do Ensino Fundamental três procedimentos básicos: identificação de eventos importantes, ou seja, um procedimento factual e cronológico; promoção de reflexão sobre o uso de documentos (materiais e imateriais); desenvolvimento de leitura crítica e de capacidade de formulação. Ao tratar do Ensino Fundamental II usa justamente a



Guerra do Paraguai como exemplo. Afirma que há uma diferença entre o olhar paraguaio e o olhar brasileiro. Um exemplo disso é o caso do canhão “cristiano”, feito a partir do derretimento de sinos de igrejas paraguaias e que se encontra no Museu Histórico Nacional e que nunca foi devolvido a despeito dos pedidos paraguaios. Isso, segundo a BNCC deve ser objeto de reflexão: porque não foi devolvido? A ênfase encontra-se na problematização⁶. Ainda sobre o Ensino Fundamental, afirma-se que seu foco “se concentra nos processos de tomada de consciência do Eu, do Outro e de Nós, das diferenças em relação ao Outro e das diversas formas de organização da família e da sociedade em diferentes espaços e épocas históricas” (Brasil, 2017, p. 561). Ou seja, insere um olhar antropológico sobre a alteridade para além do senso comum.

A seguir, a BNCC apresenta uma série de unidades temáticas para o Ensino Médio, objetos de conhecimento e habilidades. Dentro do tema “O Brasil no século XIX”, aparece como sub-ítem do objeto de conhecimento “O Brasil no Segundo Reinado: política e economia”, designado como “Territórios e fronteiras: a Guerra do Paraguai”. Corresponde à habilidade EF08HI18: “Identificar as questões internas e externas sobre a atuação do Brasil na Guerra do Paraguai e discutir diferentes versões do conflito”. Ou seja, a tendência indicada na obra de Cotrim em sua edição de 2005 de desenvolver um pensamento historiográfico nos alunos ganhou força.

No que tange ao Ensino Médio, a História encontra-se pulverizada na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Segundo a BNCC, no Ensino

⁶ Na década de 1990, Ulpiano Bezerra Toledo de Menezes impulsionou grande debate sobre o papel dos museus na transmissão de conhecimento histórico para um público mais amplo que o acadêmico. Durante algumas edições, os Anais do Museu Paulista trouxeram contribuições de diversos historiadores sobre esse tema. Apesar das três décadas que separam o atual momento daquelas reflexões, elas ainda são bastante atuais quando pensamos nas diversas ferramentas possíveis de serem empregadas no Ensino da História. No artigo intitulado *Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico*, Menezes afirma que a visita a um museu e o olhar sobre seu acervo devem ser fontes para indagações e questionamentos. Questionar o motivo de tais peças estarem expostas em detrimento de outras, a razão pela qual as exposições privilegiam determinados temas, dentre outros questionamentos (Bezerra de Menezes, 1994, p. 208-218). Ou seja, um museu não necessita ser um gabinete de curiosidades. Ele pode ser a chave para se romper com formulações ufanistas e com senso comum. O exemplo do canhão Cristiano é muito didático nesse sentido. Afinal, qual a razão de sua não-devolução ao Paraguai?



Fundamental II, o foco principal é o processo de tomada de consciência do eu, do outro e de nós. Os temas de história e geografia como temporalidade, espacialidade, ambiente e diversidade devem ser no Ensino Médio explorados sob uma perspectiva mais complexa e interdisciplinar. O foco é o desenvolvimento da capacidade de formular hipóteses e argumentar. A área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas está dividida em algumas categorias: Tempo e Espaço; Territórios e Fronteiras; Indivíduo; Natureza; Sociedade; Cultura e Ética; Política e Trabalho. A seguir, também subdivide em um grande rol as habilidades almejadas na área.

A ideia principal sobre a relação com o tempo expressa no referido documento consiste em no Ensino Fundamental desenvolver um olhar cronológico e no Ensino Médio desenvolver “noções de tempo que ultrapassem a dimensão cronológica” (Brasil, 2017, p. 563).

Segundo a BNCC:

Em suma, o conhecimento do Outro, da outra cultura, depende da capacidade de se indagar o Outro, atitude fundamental a ser desenvolvida na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Esse é o primeiro passo para a formação de sujeitos protagonistas tanto no processo de construção do conhecimento como da ação ética diante do mundo real e virtual, marcado por uma multiplicidade de culturas (Brasil, 2017, p. 567).

A despeito de o texto exaltar a formação crítica e até a introdução de algumas reflexões outrora típicas do meio acadêmico para o ensino escolar, a aplicação prática da BNCC em um país complexo e desigual como o Brasil enfrentou e enfrenta severas críticas. Com a mudança de governo nas eleições de 2022, o Ministério da Educação abriu uma consulta pública sobre o chamado Novo Ensino Médio. A Universidade de São Paulo por meio de sua Pró-Reitoria de Graduação instituiu um Grupo de Trabalho de Ensino Médio que realizou atividades nos diversos *campi* da referida instituição, além de envolver os 28 cursos de licenciatura e as duas escolas de Ensino Médio que tem sob a sua responsabilidade. Disso, surgiu um documento encaminhado para a consulta pública do MEC intitulado *Contribuições da USP para Uma Política Nacional do*



Ensino Médio, conforme mencionado na Introdução. O referido documento considera as mudanças instituídas como sendo impulsionadas por políticas econômicas neoliberais. Ainda afirma que nos diversos debates realizados pela Universidade a posição geral foi de desaprovação. Ao implementar itinerários formativos, a BNCC leva uma fragilidade da carreira docente, pois valoriza o chamado notório saber e desconsidera a formação de origem do professor. Ademais, muitas escolas são desprovidas de condições materiais para implementar os referidos itinerários. Por fim, o referido GT uspiano recomenda que sejam mantidos os componentes curriculares fundamentais como Artes, Biologia, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, História, Língua Espanhola, Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Matemática, Química e Sociologia.

Vale lembrar ainda, que na esteira da desvalorização profissional apontada, houve em 2020 um veto presidencial ao reconhecimento da profissão de historiador, derrubado pelo Congresso Nacional após ampla mobilização da sociedade civil.

A Guerra do Paraguai nos materiais didáticos após as mudanças legais

Uma vez em vigor os diplomas legais regulamentando o ensino escolar de história, por mais debates que as mudanças ensejem, foi necessário readaptar os materiais didáticos pra a nova estrutura curricular. Para o Ensino Fundamental II nos debruçaremos sobre o livro didático de Ronaldo Vainfas, Jorge Ferreira, Sheila de Castro Faria e Daniela Bueno Caladinho, *História.doc*, V.8 (2018). No tocante ao Ensino Médio iremos nos valer do *Caderno do Professor da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo* (2022) para uso no primeiro semestre do Ensino Médio. O referido caderno acadêmico está alocado na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Em *História.doc*, os autores relacionam o conteúdo de cada capítulo com as habilidades da BNCC. No caso da Guerra do Paraguai é citado no box “De olho

na BNCC” a habilidade EF08HI18 citada acima. A guerra e as questões platinas são apresentadas como partes de um capítulo maior denominado “Crise da Escravidão e da Monarquia no Brasil” (Vainfas, Ferreira; Faria; Caladinho, 2018, p.174). Na margem direita da segunda página do capítulo, há instruções ao professor para relacionar os conflitos à hidrografia da região platina e a importância da navegação fluvial para os países da região. Não sendo embarcações do mesmo tipo as que navegavam os rios e os oceanos, as mercadorias paraguaias dependiam de baldeação em outras embarcações nos portos de Buenos Aires e Montevidéu. Na terceira página do capítulo, é apresentado ao aluno um box na margem esquerda com duas visões historiográficas distintas sobre o conflito: um parágrafo de Afonso Celso, *Porque me Ufano de Meu País*, e outro de Francisco Doratiotto, *Maldita Guerra*. Ou seja, uma discussão acadêmica de leituras sobre a guerra é levada para estudantes de Ensino Fundamental II. Também é apresentado um mini-glossário explicando alguns termos do texto, como “voluntário” e “soldo”. Sobre as causas do conflito, o livro toca unicamente nas disputas regionais, não fazendo menção ao imperialismo britânico. Inclusive nas visões historiográficas apresentadas, o livro também trata das perdas que os quatro países envolvidos no conflito tiveram.:

O resultado da guerra foi ruim pra todos os envolvidos. O Paraguai perdeu grande parte de seu território e da sua população, principalmente masculina. Estima-se que cerca de 75% dos homens paraguaios morreram na guerra.

O Uruguai foi o menos atingido, também em número de baixas, em torno de 5 mil homens, quanto em valores pois não investiu muito em sua força bélica. A Argentina e o Brasil perderam 30 mil e 50 mil homens respectivamente, e gastaram muito pra equipar suas forças militares (Vainfas, Ferreira; Faria; Caladinho, 2018, p. 177)

A obra também traz como elemento cultural a origem de bandas de música popular que em diversas cidades do Brasil tocam seus instrumentos com uniformes militares. Alguns “voluntários da pátria” executavam músicas populares com instrumentos em pleno campo de batalha. Ao retornarem da



guerra, mantiveram o costume tocando pelas ruas uniformizados. O capítulo ainda sugere uso de recursos audiovisuais ao docente. Na última página do capítulo é apresentado um box com um trecho de Leslie Bethel, *O Brasil e a Ideia de 'América Latina' Em Perspectiva Histórica* em que se faz uma reflexão da não-identidade dos políticos da monarquia com o restante da América Latina. Vemos então, que esse material apresenta diversas visões e possibilidades de interpretação aos estudantes. Isso está em contradição com os livros da década de 1990 focados em apresentar a pressão do imperialismo britânico como um dado da realidade. Aqui, aliás, isso sequer é mencionado.

O Caderno do Professor da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo (2022) afirma em sua abertura:

Ao priorizar o trabalho no desenvolvimento de competências e habilidades, propõe-se uma escola como espaço de cultura e de articulação, buscando enfatizar o trabalho entre as áreas e seus respectivos componentes no compromisso de atuar de forma crítica e reflexiva na construção coletiva de um amplo espaço de aprendizagem, tendo como destaque as práticas pedagógicas (ESTADO DE SÃO PAULO, 2022, p. 2).

O referido material enquadra a guerra do Paraguai na temática “Território e Fronteira” da BNCC. “Para isso, na Situação de Aprendizagem, o recorte privilegia a segunda metade do século XIX e a Guerra do Paraguai, que delineou a identidade nacional e forjou um sentimento patriótico e de nação, tendo sempre em vista a situação-problema: Como os meus desejos podem ser compatibilizados com a cidadania?” (Estado de São Paulo, 2022, p. 157). Ou seja, traz como dado que a guerra forjou a identidade nacional brasileira. No tocante à guerra propriamente dita, é apresentado um trecho de José Murilo de Carvalho, no qual o referido autor relaciona a Guerra do Paraguai com a formação de uma identidade nacional brasileira. Em sua visão a guerra inclusive suavizara as divergências entre os partidos políticos imperiais.

A seguir, é apresentada a tela de Pedro América “A Batalha do Avaí” (1879). Junto com ela, um texto elaborado para o referido caderno didático em que são



problematizados alguns pontos da pintura. No entanto, a tela pintada uma década após o conflito e apresentada como “documento” (Estado de São Paulo, 2022, p.159). Sua apresentação como “monumento” problematizaria melhor seu contexto e estaria conforme a perspectiva crítica que o material afirma ter como prioridade. Considerada violenta à época, ela mostra a presença de negros em atitude heroica, os paraguaios retratados como bárbaros, Caxias e o Conde D’eu em posição de comando da batalha, além de um autorretrato de Pedro Américo em meio a um batalhão composto por negros, em seguida é apresentada ao docente uma proposta de como trabalhar esse tema com os alunos. “Os estudantes devem identificar, na reflexão do historiador José Murilo de Carvalho, a ideia de construção nacional empregada pelo Império durante a Guerra do Paraguai, criando uma narrativa e forjando uma ideia de pátria e de identidade nacional, mesmo que inicialmente não houvesse a intenção do governo brasileiro em entrar em um conflito militar” (Estado de São Paulo, 2022, p. 161). Também propõe para ser desenvolvida com os alunos a reflexão sobre o papel de pinturas oficiais feitas sob encomenda do Estado, como é o caso da de Pedro Américo, apresenta uma perspectiva sobre essas telas, como instrumentos que servem a projetos políticos, haja vista os adornos imperiais na moldura de Pedro Américo. O material propõe uma atividade chamada “Desafio interdisciplinar”, a partir do escaneamento de QR Codes, os estudantes devem acessar um mapa e, com a ajuda do professor, fazer um paralelo com a atuação do Barão do Rio Branco na política externa brasileira, mapeando as regiões anexadas ao território brasileiro em diferentes épocas.

Considerações Finais

Vemos então como denominador comum que ambos os materiais se referenciam na BNCC para fundamentar a abordagem da Guerra do Paraguai. Dentre as polêmicas historiográficas, hoje uma grande divergência entre os críticos do revisionismo e os trabalhos que seguem a linha de Mário Mestri. Vemos que à medida que a crítica ao revisionismo se consolidou nos debates



acadêmicos, isso impactou na formulação de materiais didáticos e na abordagem sobre a Guerra do Paraguai. A partir dela pudemos ver também que há no presente uma tendência de apresentar aos estudantes de Ensino Fundamental II e Médio a existência de diferentes interpretações sobre um período histórico.

Referências:

ALBERDI, J.B. *Grandes y Pequeños Hombres del Plata*. Buenos Aires: 1916.

ALVES, G.L.e CENTENO, C.V. A Guerra da Tríplice Aliança nos Manuais Didáticos Brasileiros do Século XIX in: *Albuquerque: Revista de História, Campo Grande*, MS, v.1, n.2, p. 45-68, jul./dez. 2009.

ANDRADE, P.R. *Um cronista na tribuna: Joaquim Manuel de Macedo, imprensa e política na consolidação do Estado Nacional Brasileiro*. São Paulo: Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25052012125141/publico/2011_PriscillaRampinDeAndrade_VOrig.pdf

ARRUDA, J.J. *História Integrada: Da Idade Média ao Nascimento do Mundo Moderno. Volume 2*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

AUBERT, P.G. e GONZAGA DA SILVA, J.F. Pax armada na bacia do prata: a política de defesa da armada imperial contra República do Paraguai (1852-1864) in: *Revista Brasileira de História Militar*. Rio de Janeiro, Ano IX, N° 23, Maio de 2018.

BATISTA NETO, J. e MENDES SALLES, A. Conhecimento escolar sobre a Guerra do Paraguai: construção de significados e identidades, no Brasil e no Paraguai, no século XXI in: *Revista História Hoje*, v. 9, n° 17, p. 110-136 – 2020.

BEZERRA DE MENEZES, U.T. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico in: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Ser. v.2 p.9-42 jan./dez. 1994.

BRASIL. LEI N° 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm

BRASIL. Base Nacional Curricular Comum. Brasília: 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br>



CHIAVENATO, J. J. *A Guerra Contra o Paraguai*. Coleção Tudo é História. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

COLAINHO, D.B., CASTRO FARIA, S., FERREIRA, J. VAINFAS, R. *História.doc* 8. São Paulo: Saraiva, 2018.

CORONATO, D.R. *Diplomatas e Estancieiros: a construção nacional brasileira e a busca do equilíbrio de poder no Prata*. Belo Horizonte: Convexa, 2020.

COSTA, L.C.A. e MELLO, L.I.A. *História do Brasil*. São Paulo: Editora Scipione, 1996.

COSTA FERREIRA, L. A Guerra do Paraguai: A história das suas versões e os novos rumos da historiografia brasileira in: ARIAS NETO, M., COSTA FERREIRA, L, LOUREIRO, M.J. *O Legado de Marte: Olhares múltiplos sobre a Guerra do Paraguai*. Curitiba: Editora Appris, 2021, p. 33-56.

DORATIOTO, F. *A Guerra do Paraguai (2ª Visão)*. Coleção Tudo é História. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

DORATIOTO, F. *Maldita Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DORATIOTO, F. Introdução in: ARIAS NETO, M., COSTA FERREIRA, L, LOUREIRO, M.J. *O Legado de Marte: Olhares múltiplos sobre a Guerra do Paraguai*. Curitiba: Editora Appris, 2021, p. 33-56.

DORIGO, G. e VICENTINO, C. *História do Brasil*. São Paulo: Editora Scipione, 1997.

ESTADO DE SÃO PAULO, Currículo em Ação. *Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Primeira Série. Caderno do Professor*. Disponível em: https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/2022/01/Impress%C3%A3o_CHS_49734022_SPFE-1a-Serie-EM-Prof-MIOLO_P6-2.pdf

GUAZZELLI, C.A. La República Rio-Grandense y el retorno de la “Pátria Grande” (1838-1843) in: *Pasado Abierto*. Nº2. Mar del Plata. Julio-Diciembre 2015. Disponível em: <http://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/pasadoabierto>

O’LEARY. *El Mariscal Solano López*. Madrid: Imprenta de Félix Molinos, 1925.

MACEDO, A.L.N. A História do Brasil entre “mundos” e a excepcionalidade europeia: a Base Nacional Curricular Comum (2014-2018) IN: *Revista História Hoje*, v. 11, nº 22, p. 151-170 – 2022.

MAESTRI, M. Da Instauração à Restauração Historiográfica: Guerra Contra o Paraguai in: *La insígnia* (janeiro de 2003). Disponível em: https://lainsignia.org/2003/enero/cul_041.htm



MAESTRI, M. *Mar Del Plata Dominação e Autonomia no Sul da América: Argentina, Brasil, Uruguai (1810-1864)*. Porto Alegre: FCM, PPGH, 2016.

| 57 MAESTRI, M. Por uma Historiografia Desde a Ótica das Populações da Bacia do Prata in: ARIAS NETO, M., COSTA FERREIRA, L, LOUREIRO, M.J. *O Legado de Marte: Olhares múltiplos sobre a Guerra do Paraguai*. Curitiba: Editora Appris, 2021, pp. 57-71.

MENDES, R.T. *A Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Edição J. B. Leal, 1920.

MENEGAT. C. Brasileiros e Pecuária no Norte do Uruguai. *Mundo Agrario*, v. 21, n. 46, 2020.

MONIZ BANDEIRA, L.A. *O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata: da colonização à guerra da tríplice aliança*. Brasília: UnB, 1995.

PASSETTI, G. A Política Regional Após a Guerra do Paraguai (1870-1881) in: ARIAS NETO, M., COSTA FERREIRA, L, LOUREIRO, M.J. *O Legado de Marte: Olhares múltiplos sobre a Guerra do Paraguai*. Curitiba: Editora Appris, 2021, pp. 215-230.

PILETTI, N. *História do Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1999.

POMER, León. *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rio-platense*. Tradução Yara Peres. São Paulo: Global, 1980.

TAUNAY, A.E. *A Retirada de Laguna*. Brasília: Senado Federal, 2011.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Contribuição da USP para uma Política Nacional do Ensino Médio. São Paulo: 2023. Disponível em: <https://www.fsp.usp.br/site/wp-content/uploads/2023/07/contribuicao-da-usp-para-uma-politica-nacional-do-ensino-medio.jun2023.pdf>

VARGAS, J.N. “Nos Caminhos De São Gregório”: As Hierarquias Sociais Na Fronteira Do Brasil Com O Uruguai E O Comando Regional Do Brigadeiro David Canabarro (C. 1831-1865) IN: *Almanack*, Guarulhos, n. 27, ed00721, 2021 <http://doi.org/10.1590/2236-463327ed00721>